

3. AVERSÃO AOS POBRES: GRANDE DESAFIO PARA O BRASIL

3. AVERSÃO AOS POBRES: GRANDE DESAFIO PARA O BRASIL¹

Ana Rojas Acosta

Introdução

Este texto se propõe realizar uma reflexão sobre a aversão aos pobres e os desafios que o Brasil enfrenta. Para enriquecer o debate sobre o tema, é fundamental abordar conceitos substanciais que fornecerão uma base sólida. Com esse intuito e visando fornecer uma estrutura coesa para a discussão, o texto está organizado em dois momentos principais: 1) análise conjuntural e alinhamento conceitual; e 2) os desafios enfrentados pelo Brasil.

Na análise conjuntural e no alinhamento conceitual e de linguagem, busca-se compreender o significado da “aversão aos pobres” e como ela se manifesta na sociedade atual. A aporofobia, termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina que, descreve a rejeição e o desprezo direcionados aos pobres, associando-os a estereótipos negativos e potenciais criminosos. Essa aversão é influenciada por construções sociais, políticas e midiáticas, que contribuem para a desumanização e perpetuação da exclusão social.

No contexto brasileiro, o texto aborda sobre os desafios enfrentados pelo país, como a pobreza que afeta a saúde, a educação e a necessidade de inserção no mercado de trabalho dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Grupos marginalizados, como negros, indígenas e migrantes, sofrem ainda mais com a dificuldade de acesso a oportunidades e a exposição a violências urbanas. O Brasil também é conhecido por sua alta desigualdade de renda, o que demanda políticas públicas efetivas para enfrentar essa realidade.

Questões norteadoras para o debate são apresentadas, destacando a importância de discutir a efetividade das políticas públicas existentes, especialmente para segmentos populacionais como pessoas em situação de rua. Além disso, são levantados questionamentos sobre a inserção da juventude

¹. Texto elaborado com base na palestra proferida no Programa Sesc Ideias do Sesc São Paulo em 24/03/2022 <https://www.youtube.com/watch?v=lmnj0DovXrw>.

em um mercado de trabalho precário, a recuperação educacional após a crise sanitária e a quebra do ciclo perverso que perpetua a pobreza.

No bicentenário da independência, é necessário refletir sobre os avanços alcançados e os desafios que ainda precisam ser superados. A citação de Baruch Spinoza ressalta a importância de respeitar nossas emoções e reconhecer a resiliência daqueles que vivem em situação de pobreza, reforçando a necessidade de não ter aversão aos nossos semelhantes.

Portanto, ao longo deste texto, pretende-se instigar uma análise crítica sobre a aversão aos pobres e estimular o debate em busca de soluções e transformações sociais que possam enfrentar os desafios identificados para o pelo Brasil.

1. Análise Conjuntural / Alinhamento Conceitual e de Linguagem

A palavra “aversão” tem sido frequentemente mencionada, porém, muitas vezes de maneira insuficiente. Diante das múltiplas crises que o mundo globalizado enfrenta atualmente, como a pandemia global, as mudanças climáticas, o crescimento desigual e o recente conflito entre Ucrânia e Rússia é ainda mais necessário reforçar esse conceito.

De acordo com a Academia da Língua Portuguesa, “aversão” é um sentimento de repulsa, algo que nos afasta de alguém ou algo, caracterizado por antipatia, rancor, ódio, malevolência, asco, enojo, náusea, repelência, repugnância, aborrecimento, antipatia, crueldade, impiedade, hostilidade e desumanidade. Isto é a aporofobia.

Para tanto, o alinhamento conceitual e de linguagem em relação à aporofobia é fundamental para compreender e abordar adequadamente essa forma de aversão e exclusão social direcionada às pessoas pobres. A aporofobia, termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina, descreve a rejeição e o desprezo direcionados aos indivíduos em situação de pobreza. Isso envolve compreender que essa aversão não se trata apenas de um preconceito individual, mas é influenciada e perpetuada por construções sociais, políticas e midiáticas. A aporofobia está enraizada em estruturas de poder e em ideologias que reforçam a exclusão e a marginalização dos pobres.

No que diz respeito ao alinhamento de linguagem, é essencial utilizar termos e expressões adequadas para descrever a aporofobia e suas manifestações. Isso inclui evitar estereótipos negativos e preconceituosos em relação às pessoas pobres, reconhecendo sua humanidade (isto é, trata-se de um ser humano) e dignidade. Assim é fundamental adotar uma linguagem inclusiva, respeitosa e sensível, evitando reforçar estigmas e discriminações e oferecer informações e conscientização sobre a aporofobia, seus impactos e a necessidade de combatê-la. Isso pode ser feito por meio de educação, debates públicos, campanhas de conscientização e políticas públicas que promovam a inclusão social e combatam as desigualdades compreendendo sua natureza complexa, reconhecendo sua existência e impactos, adotando uma linguagem inclusiva e respeitosa, além de promover a conscientização e ações concretas para combater essa forma de exclusão social.

Compreender esse amplo leque de emoções é fundamental para analisar as dinâmicas sociais e as atitudes em relação aos indivíduos menos favorecidos.

É importante destacar que a discriminação contra os menos favorecidos sempre existiu. Na história recente, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza tem aumentado em todo o mundo, em grande parte devido às crises anteriormente mencionadas. A ocupação de espaços, tanto urbanos quanto rurais, tem se tornado uma estratégia de sobrevivência para populações migrantes, ampliando assim as brechas de desigualdade nas sociedades, principalmente na nossa.

Em 1995, o termo “aporofobia” foi cunhado em uma publicação do ABC Cultural da Espanha, quando

a filósofa espanhola Adela Cortina, da Universidade de Valência, utilizou essa palavra para descrever a rejeição, aversão, medo e desprezo direcionados aos pobres e desamparados, que supostamente não podem oferecer nada em troca. Com isso, ela buscou diferenciar esse fenômeno da xenofobia, que é a desconfiança, medo ou antipatia em relação a pessoas estranhas à comunidade de quem as julga, ou do chauvinismo, que é o entusiasmo excessivo pelo que é nacional. Segundo Adela, a aporofobia é uma doença social que ameaça as democracias.

A aporofobia é transmitida por meio de uma construção social que associa os pobres ao crime, retratando-os no imaginário coletivo como potenciais criminosos, em vez de considerá-los como possíveis vítimas de discriminação e violência causadas pela falta de serviços públicos adequados. Políticas públicas voltadas para segurança e convivência em torno da pobreza e da exclusão social contribuem para a disseminação da imagem de criminalização dessas pessoas, resultando no que chamamos de “incivilidade consentida”².

Essas práticas políticas, sociais e midiáticas geram representações desumanizadoras das pessoas em situação de extrema pobreza e estabelecem uma distância simbólica entre “nós” e “eles” (pobres e ricos). São aplicadas normas morais, regras sociais e considerações de justiça que se aplicam à população não excluída socialmente. A possibilidade de as pessoas superarem a pobreza e a exclusão social é frequentemente responsabilizada unicamente por sua própria condição, ignorando as circunstâncias sociais, políticas e econômicas que as afetam. Isso contribui para a perpetuação da exclusão.

Frases como “eles estão nas ruas porque querem”, “devem arrumar um emprego” ou “são preguiçosos” são incorporadas diariamente à sociedade. As pessoas são julgadas pelo seu progresso ou fracasso, assim como as comunidades a que pertencem, criando a ideia de que existem povos moralmente superiores, ou seja, mais trabalhadores, tolerantes e abertos, do que outros.

De acordo com estudos sobre o neoliberalismo, Wacquant (2003) enfatiza que o “Estado penal tem gradualmente substituído o embrião do Estado social... implicitamente, ele tem a missão de remediar” (p. 20). Isso significa que a aporofobia, o medo ou aversão às pessoas pobres, é causada pela falta de contato direto com elas, o que leva à formação de visões baseadas em preconceitos, estereótipos e até mesmo à criminalização perpetuada por agentes políticos e, muitas vezes, pela mídia. Um exemplo disso pode ser observado em projetos municipais, como o cadastro para doação de alimentos em Curitiba, que são justificados pela necessidade de vigilância sanitária, mas podem contribuir para a estigmatização das pessoas em situação de pobreza.

Existem várias ideologias que contribuem para o desprezo em relação aos pobres, uma delas é a ideia de meritocracia, que sugere que ser pobre ou não é principalmente uma questão de atitude pessoal e força de vontade. No contexto neoliberal atual, a pobreza é considerada como resultado exclusivo do fracasso individual, ignorando o papel do Estado e do poder público na sua formação, devido à falta de serviços públicos acessíveis a todos os cidadãos que deles necessitam (como previsto pela política de Assistência Social em nosso país). Essa perspectiva é inaceitável em uma sociedade que deveria valorizar não apenas as conquistas e os sucessos, mas também o cuidado com os mais vulneráveis.

Segundo Bourdieu (1999), podemos observar o constante processo de exploração das relações de poder, estratificação social e reprodução cultural. É importante compreender as diferentes formas pelas quais as pessoas adquirem e preservam o capital social, cultural e econômico, o que consequentemente perpetua as desigualdades existentes. Bourdieu argumentava que a sociedade é influenciada por relações de poder sutis e frequentemente imperceptíveis.

². A civildade é a prática de cortesia, educação e respeito mútuo nas interações entre as pessoas. Envolve seguir normas sociais, éticas e morais, e, acima de tudo, demonstrar consideração pelos outros. Por outro lado, a incivilidade é o oposto disso, sendo um problema que afeta a qualidade de vida das pessoas e o ambiente em que vivemos. Ela pode ter impactos significativos na saúde mental, bem-estar e coesão social. Um exemplo são atitudes que muitas vezes são banalizadas, mas que afetam negativamente as outras pessoas.

Nesse contexto, o capital cultural desempenha um papel importante na construção das hierarquias sociais, influenciando quem tem acesso privilegiado a recursos e oportunidades, como a educação, que desempenha um papel central na reprodução das desigualdades sociais.

Para combater as desigualdades, Bourdieu advogava por uma abordagem crítica das estruturas de poder, ressaltando a relevância da conscientização e da ação coletiva. Ele enfatizava a necessidade de uma transformação social para romper com os padrões de reprodução das desigualdades e alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, Freire (1987) ressalta a importância da educação na redução das desigualdades. Ele critica o sistema educacional tradicional, que perpetua a opressão, e propõe uma pedagogia libertadora baseada no diálogo, na conscientização e na participação ativa dos oprimidos. Freire destaca a necessidade de superar a relação de dominação e criar condições para que os oprimidos se tornem agentes ativos de sua própria história, buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. Desafios no Brasil: Refletindo sobre a pobreza e a exclusão social

Para abordar os desafios enfrentados no Brasil, é fundamental analisar questões que norteiam o debate sobre a pobreza e a exclusão social. Compreendemos que a pobreza é um estado de privação que acarreta sofrimento devido à falta de acesso a uma alimentação adequada, resultando em problemas de saúde que afetam o aprendizado e a capacidade de inserção no mercado de trabalho. Superar esse cenário de exclusão dos pobres requer não apenas soluções econômicas, mas também investimentos na educação e na transformação das instituições econômicas.

De acordo com o IBGE (2022), indivíduos que recebem menos de US\$ 5,50 por dia são classificados como pobres. A extrema pobreza é caracterizada por uma renda média inferior a US\$ 1,90 por dia por pessoa, segundo o Banco Mundial. A linha de pobreza e o índice de pobreza são resultado de diversas causas, sendo a desigualdade social acentuada uma das mais relevantes. As regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam a maior proporção de população pobre e extremamente pobre.

Por outro lado, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho para a população em situação de pobreza, conhecida como População Economicamente Ativa (PEA)³, pode ser ainda mais acentuada para grupos que são predominantemente compostos por negros, indígenas e migrantes. Esses grupos enfrentam uma série de desafios nas áreas urbanas, incluindo a exposição a diferentes formas de violência, envolvimento com drogas, violência e gravidez precoce, que se tornam fatores adicionais de risco. A baixa renda, a falta de acesso à educação e a condições precárias de emprego ou desemprego levam esses indivíduos a buscar assistência social, que muitas vezes oferece recursos insuficientes devido à escassez de recursos disponíveis.

A situação de saúde dessas pessoas é agravada pelo local onde vivem, seja nas ruas, favelas, palafitas ou em outras situações de vulnerabilidade. A geografia em si representa uma ameaça ou risco, contribuindo para agravar a situação de saúde desses indivíduos.

De acordo com dados do Banco Mundial no relatório World Development Indicators, estima-se que as crises combinadas levarão a mais 75 a 95 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza em 2022⁴, e em comparação com as projeções pré-pandemia o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes, sendo classificado como o nono país mais desigual do mundo.

³. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para se referir a pessoas de 10 a 65 anos classificadas como ocupadas ou desocupadas.

⁴. Essas estimativas (do início de 2022) foram calculadas usando a linha de pobreza de US\$ 1,90 por pessoa por dia, que foi atualizada em setembro do mesmo ano para US\$ 2,15 por pessoa por dia.

Nesse contexto, é pertinente questionar qual tem sido a contribuição e o impacto das políticas públicas implementadas até o momento para segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade, como a população em situação de rua. Quais são os pontos fortes dessas políticas e o que precisa ser melhorado prioritariamente para atender às necessidades básicas, como alimentação e vestimenta dessas pessoas?

Além disso, é importante avaliar no conhecimento sobre esse segmento populacional, considerando os censos que frequentemente são questionados, bem como o crescente aumento da aporofobia, que está associada à criminalização e perpetua estereótipos negativos.

Como podemos proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho para a juventude em um contexto de alta precarização, falta de direitos trabalhistas adequados e incentivo ao empreendedorismo, considerando a recente reforma trabalhista?

Na área educacional, como podemos recuperar o tempo perdido durante o período de isolamento decorrente da crise sanitária? Certamente é necessário implementar estratégias efetivas que ajudem os estudantes a compensar os impactos negativos causados por esse período.

No que diz respeito à habilitação para a inserção no mercado de trabalho, é essencial buscar maneiras de evitar ou romper o ciclo perverso que muitas vezes perpetua a pobreza. Necessário é, portanto, oferecer capacitação, apoio e oportunidades para que os indivíduos em situação de vulnerabilidade possam adquirir as habilidades necessárias para conquistar uma vida digna e superar a pobreza.

Após o cumprimento do bicentenário da independência brasileira, é fundamental refletir sobre os avanços alcançados e considerar quais são os próximos passos necessários. Ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos brasileiros.

Desse modo, utilizando as palavras de Baruch Spinoza⁵ sobre o significado de “afetar”, que se refere ao que mexe e move a nossa alma, é essencial olharmos para nós mesmos. Devendo, desta maneira, respeitar o tempo de nossas emoções, que frequentemente são negligenciadas em prol de ações puramente racionais, mas não necessariamente humanas. Respeitar a si mesmo é o que nos torna verdadeiramente humanos, e a resiliência é a capacidade de aprendizado. Aqueles que vivem em situações de pobreza já são resilientes, enfrentando desafios diários. Portanto, não devemos nutrir aversão aos nossos semelhantes, mas sim promover a solidariedade e o respeito mútuo.

Conclusão

Em conclusão, a análise conjuntural e o alinhamento conceitual e de linguagem destacaram a importância de compreender o conceito de “aversão” e sua aplicação nas dinâmicas sociais em relação aos indivíduos menos favorecidos. Foi abordado o fenômeno da aporofobia, que representa o medo, a rejeição e o desprezo direcionados aos pobres e desamparados, ameaçando as democracias. Foi discutido como a aporofobia é alimentada por construções sociais que associam os pobres ao crime, gerando representações desumanizadoras e perpetuando a exclusão.

No contexto brasileiro, foram identificados desafios significativos relacionados à pobreza e à exclusão social. A desigualdade de renda persiste no país, sendo fundamental questionar o impacto das políticas públicas e identificar formas de atender às necessidades básicas das pessoas em situação de vulnerabilidade. Também é necessário buscar maneiras de proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho, principalmente para a juventude, e implementar estratégias efetivas para recuperar o tempo perdido na educação devido à crise sanitária.

⁵. Filósofo do século XVII que discutiu o significado do termo “afetar” refere-se às ações e influências que as coisas externas exercem sobre nós, afetando nossos estados mentais e emocionais. Ele argumentou que todos nós somos afetados de diferentes maneiras pelas causas externas, como objetos, eventos e outras pessoas.

Para romper o ciclo da pobreza, é essencial oferecer capacitação, apoio e oportunidades para que os indivíduos em situação de vulnerabilidade adquiram as habilidades necessárias para superar a pobreza e levar uma vida digna. O bicentenário da independência brasileira serve como um momento de reflexão sobre os avanços alcançados e os próximos passos necessários para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos.

Por fim, é importante valorizar as emoções e a resiliência daqueles que vivem em situações de pobreza, promovendo a solidariedade e o respeito mútuo em vez de nutrir aversão aos menos favorecidos. Ao olharmos para nós mesmos, reconhecemos a importância de respeitar nossas emoções e buscar ações que sejam verdadeiramente humanas, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Dados do país. <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>. Acesso em 03_03_22

BOURDIEU, Pierre. (1999). *La miséria del mundo*. Madrid, España.

CORTINA, Adela. (2019). *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Alianza Editorial. España.

CHAUÍ, Marilena. (2017). *A nervura do real: Imanência e liberdade em Espinosa*. Companhia das Letras.

FRASER, Nancy. (2020). *The Old is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump—and Beyond*. Verso Books.

FREIRE, Paulo. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

WACQUANT, Loic. (2003). *Punindo os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: F. Barros, 2001, Revan 2003.